

TOTAL INSENSIBILIDADE SOCIAL DO GOVERNO

É de todo inaceitável, e é revelador da total insensibilidade social, o facto do Governo ter eliminado **todas** as medidas anti-crise que visavam a protecção dos trabalhadores desempregados.

MEDIDAS	PRAZO
Prolongamento do subsídio social de desemprego por mais 6 meses	Durante o ano de 2009 Renovado para o ano de 2010
Aumento da condição de recursos para acesso ao subsídio social (110%IAS)	De 1/07/2009 até 1/07/2010
Redução do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego	De 1/01/2010 até 31/12/2010
Majoração do subsídio de desemprego para casais desempregados (ou agregados monoparentais) com filhos a cargo	De 29/04/2010 até 31/12/2010
Eliminação do pagamento adicional do Abono de Família do 2º, 3º, 4º e 5º escalão pago em Setembro, para os jovens entre os 6 e 16 anos para compensar as despesas com encargos escolares	De 01/01/2009

Como se pode verificar, há medidas que só vigoraram durante 5 meses, e o mais caricato é que a majoração do subsídio de desemprego, diploma aprovado recentemente na Assembleia da República, só vigorou 1 mês apenas.

Todas estas medidas surgem num quadro grave social e económico, em que o desemprego se situa acima dos 10%, e a tendência é para continuar a aumentar, e o desemprego de longa duração atinge mais de 50% dos desempregados.

No próprio estudo elaborado pelo Ministro do Trabalho é referido que é extremamente reduzido o nível de retorno ao mercado de trabalho de beneficiários do subsídio de desemprego há mais de 9 ou 12 meses, e da grande vulnerabilidade à pobreza quando se esgota a prestação do desemprego.

O Governo evoca para esta sua atitude a necessidade de inserção dos desempregados na vida activa, justificando por isso manter praticamente todos os apoios às empresas.

A CGTP-IN pugna pela inserção dos trabalhadores desempregados, mas esta atitude do Governo é da mais profunda **hipocrisia** num quadro de aumento de desemprego, que tem tendência para crescer, havendo regiões do país totalmente deprimidas pelo facto de todo o aparelho produtivo ter encerrado, e com o congelamento de admissões na Administração Pública, o que exigia o prolongamento destas medidas.

O que o Governo pretende, objectivamente, é reduzir os salários, precarizar o emprego e estimular a economia paralela, condenando os direitos dos trabalhadores.

Esta situação acresce ao que se passou anteriormente com as alterações ao diploma do subsídio de desemprego realizado pelo Governo, que vem reduzir o valor do subsídio de desemprego e alterar as regras do emprego conveniente, obrigando os trabalhadores a aceitarem um emprego por um valor cada vez mais baixo.

Mas para o capital económico e financeiro não tem o Governo a mesma atitude, porque são abismais os sacrifícios que impõe aos mais vulneráveis, pensionistas e trabalhadores, em comparação com as medidas avançadas para estes.